

Natália Lampert Batista
Tascieli Feltrin
Maurício Rizzatti
(Organizadores)

Formação, Prática e Pesquisa em Educação 3



Natália Lampert Batista
Tascieli Feltrin
Maurício Rizzatti
(Organizadores)

Formação, Prática e Pesquisa em Educação 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F723	Formação, prática e pesquisa em educação 3 [recurso eletrônico] / Organizadores Natália Lampert Batista, Tascieli Feltrin, Maurício Rizzatti. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Formação, Prática e Pesquisa em Educação; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-592-1 DOI 10.22533/at.ed.921190309 1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Batista, Natália Lampert. II. Feltrin, Tascieli. III. Rizzatti, Maurício. IV. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra **Formação, Prática e Pesquisa em Educação** apresenta um apanhado da produção à nível superior da área da Educação no Brasil, contemplando as três esferas: a formativa através de relatos que percorrem os processos formativos, relacionada ao ensino e às teorias da aprendizagem; a prática com destaque para as iniciativas extensionista e de inserção escolar e por último, mas não menos importante, a da pesquisa apresentando as temáticas que têm movimentado a produção científica e intelectual do ensino superior brasileiro na área educacional. A qual apresento brevemente a seguir.

O capítulo “A Alfabetização de Crianças Autistas” de autoria de Fabiana Boff Grenzel apresenta uma reflexão acerca de crianças autistas na alfabetização, enfatizando a necessidade de se criar estratégias para facilitar a aprendizagem destes educandos. “A Construção da Escrita Pré-Silábica e suas Implicações na Perspectiva da Psicogênese da Língua Escrita: Um Breve Estudo de Caso”, das autoras Telma Maria de Freitas Araújo, Nadja Sabrina Silva Gomes Lopes Duarte e Maria Estela Costa Holanda Campelo apresenta, segundo as autoras, uma *Sondagem de Escritas*, através da qual é realizada uma análise da produção escrita de uma criança, a partir da teoria da psicogênese da língua escrita.

“A Evasão como Subsídio para a Avaliação Institucional: Um Estudo de Caso com Cursos de Engenharia em uma Universidade Pública”, de Joice Pereira da Silva Carvalho, Simone Portella Teixeira de Mello e Daniela Vieira Amaral concentra seu olhar na evasão escolar no ensino superior enquanto fenômeno capaz de subsidiar uma avaliação institucional. Marcos Gonzaga e Regina Magna Bonifácio de Araújo, por sua vez, apresentam uma síntese das características fundamentais da pesquisa qualitativa, com destaque para a História Oral no capítulo “A História Oral na Produção Acadêmica: Três Leituras Metodológicas”

Em “A Motivação no Processo de Ensino/Aprendizagem de Francês no Curso de Secretariado Executivo da UEM: Entendimento e Desafios”, Edson José Gomes intenciona identificar quais são os principais entraves a um desempenho satisfatório no processo de ensino/aprendizagem do francês como língua estrangeira no curso de SET. As autoras Rayuska Dayelly de Andrade e Sueldes de Araújo discutem a concepção de escola inclusiva em uma análise do município de Angicos no Rio Grande do Norte para o atendimento de uma aluna surda em “A Percepção de Professore(a)s sobre a Prática Pedagógica no Contexto Inclusivo.

Já Andressa Grazielle Brandt, **Nadja Regina Sousa Magalhães**, Aline Aparecida Cezar Costa e Luciana Gelslechter Lohn apresentam algumas reflexões sobre o campo da etnografia a partir de um estudo sobre a pesquisa etnográfica com crianças, em seu capítulo “Pesquisa Etnográfica com Crianças Pequenas: Aproximações Teórico-Metodológicas.

No capítulo “A Qualidade no Ensino à Distância: o Novo Aluno e o Novo Professor”

Jéssica Reis Silvano Barbosa e Gislaine Reis elaboram uma reflexão sobre a expansão do ensino à distância e analisam as mudanças advindas dessa expansão para o ramo da educação virtual. Já os autores Karla dos Santos Guterres Alves e Antônio Luiz Santana objetivam compreender a relação entre a Grounded Theory e o processo de reflexividade que envolve a pesquisa científica em seu capítulo “A Reflexividade na Grounded Theory”. Na sequência, Raimundo Ribeiro Passos, Afrânio Ferreira Neves Junior, Paulo Rogério da Costa Couceiro, Genoveva Chagas de Azevedo, Maria Marly de Oliveira Coêlho e Valdete da Luz Carneiro através de “Análise do Instrumento de Autoavaliação Institucional Utilizado na UFAM nos Anos de 2014 e 2015” realizam uma análise dos instrumentos utilizados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal do Amazonas, e a verificação de sua evolução no processo avaliativo interno de 2014 e 2015.

Na perspectiva dos planejamento de sistemas universitários estaduais brasileiros, Nelson De Abreu Júnior Apresenta “Aspectos Socioeconômicos na Espacialização da Universidade Estadual de Goiás”, capítulo no qual se encontra uma pesquisa documental combinada com a análise de dados estatísticos acerca da educação superior pública estadual em Goiás. Tendo por objetivo apresentar e discutir a temática da avaliação da aprendizagem na área da Educação Física escolar, e apontar suas relações com os currículos Alessandra Andrea Monteiro e Vilma Lení Nista-Piccolo são as autoras de: “Avaliação da Aprendizagem na Educação Física Escolar na Rede Municipal de São Paulo e Paulo Freire: Aproximações e Distanciamentos”. Nesse sentido também, Andreia Gasparino Fernandes avalia através de uma revisão temática a problemática da garantia de vagas em creches públicas municipais do município de São José do Rio Preto frente à legislação educacional vigente em “Avaliação da Política de Oferta de Vagas em Creches na Rede Pública Municipal de Ensino de São José do Rio Preto”.

Sob a ótica da organização das diretrizes operacionais de ensino Alderita Almeida de Castro e Sueli Aparecida de Souza refletem sobre a implementação da avaliação das aprendizagens enquanto impulsionadora do processo do conhecimento na educação básica do Estado de Goiás, entre os anos de 2009 e 2014 no capítulo “Avaliação das Aprendizagens: a Significativa Ascensão do IDEB nas escolas do Estado de Goiás do ano de 2009 a 2014”. Tendo em vista a Avaliação Internacional de Estudantes (PISA) Glauco da Silva Aguiar e Ligia Gomes Elliot exploram o conceito de Oportunidade de Aprendizagem trazido pelo PISA 2012, analisando o desempenho do Brasil e de mais 11 países em “Avaliação em Matemática: Uso dos Resultados do Pisa 2012”.

No capítulo “Avaliação: Concepções e Implicações na Educação Infantil” Natascha Carolina de Oliveira Gervázi, Marcos Vinícius Meneguel Donati e José Roberto Boettger Giardinetto desenvolvem uma reflexão sobre a avaliação na Educação Infantil, através da análise e orientação a correta utilização da ferramenta portfólio. Ainda na perspectiva avaliativa Rosemary Farias Rufino, Santana Elvira Amaral da

Rocha e **Núbia do Socorro Pinto Breves** apresentam o capítulo “Avaliações em Larga Escala: Contribuições da ADE para Atingir a Meta da Proficiência no SAEB/INEP em Escolas Públicas Municipais de Manaus” no qual retratam a percepção dos estudantes em relação às contribuições das avaliações em larga escala no processo de ensino e aprendizagem das escolas públicas de ensino fundamental do município de Manaus.

Na sequência Andrialex William da Silva, Tarcileide Maria Costa Bezerra, Romênia Menezes Paiva Chaves Carneiro e Renata Rosa Russo Pinheiro Costa Ribeiro exibem “Concepções de Professores sobre a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: uma Visão Romântica ou Direito à Educação?” No qual discutem as concepções dos profissionais do sistema educacional do município Jardim de Angicos (RN) sobre a Educação Especial em uma perspectiva inclusiva. Ainda na perspectiva inclusiva, o capítulo “Criatividade e Altas Habilidades/Superdotação” de Guacira Quirino Miranda, Arlete Aparecida Bertoldo e Priscila Miranda Chaves apresenta uma revisão bibliográfica sobre a relação da criatividade com as altas habilidades/superdotação. Em “Desenhos e Desenhos: Conselhos Municipais de Educação” Virgínia Coeli Bueno de Queiroz Matias e Rosimar de Fátima Oliveira analisam os elementos comuns do desenho institucional dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) no Brasil, como um dos fatores capazes de potencializar os esperados resultados democráticos dessas instâncias colegiadas.

A seguir Gildene do Ouro Lopes Silva, Amanda Lázari e Amanda Calefi Felex embasadas pelo modelo Oakland, Glutting E Horton realizaram a identificação dos estilos de aprendizagem em escolares do quarto ano do ensino fundamental no capítulo intitulado “Estilos de Aprendizagem no Modelo de Oakland, Glutting e Horton em Escolares do Ensino Fundamental I”. Já em “Financiamento da Educação: uma Análise a partir do Gasto Aluno-Ano nos Municípios do Paraná” Jokasta Pires Vieira Ferraz, Andrea Polena e Simony Rafaeli Quirino verificam o perfil de gasto aluno-ano dos municípios do Paraná, em 2014, em relação ao porte dos municípios. Em “Ideias Higienistas na Revista Pedagogium (1922-1923)” Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes, Arthur Beserra de Melo e Marlúcia Menezes de Paiva analisam a ocorrência de ideias higienistas na revista Pedagogium, durante os anos de 1922 e 1923.

Laura Renata Dourado Pereira em “O Ensino da Arte e a Interdisciplinaridade: Novos Modos de Pensar sobre a Produção do Conhecimento” propõe uma reflexão sobre a interdisciplinaridade como um possível caminho para superar a fragmentação do conhecimento existente. Na sequência, “O Professor como Mediador nas Habilidades de Leitura” de Clarice de Matos Oliveira e Thenner Freitas da Cunha analisa como o professor de Língua Portuguesa pode ser um facilitador no desenvolvimento das habilidades de leitura aferidas nas avaliações educacionais em larga escala. Na perspectiva do Projeto de Lei 7.180/14, Ana Carolina Fleury e Ivo Monteiro de Queiroz apresentam “O Projeto Escola Sem Partido e a Construção

de uma Educação Burguesa no Século XXI” a fim de compreender os conceitos e detectar a existência de uma relação entre a proposta, os fundamentos da educação e a perspectiva marxista. Em “Observatório Eçaí: a Aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente e outros Direitos Humanos na Fronteira Brasil-Bolívia” Cláudia Araújo de Lima sistematiza uma observação das políticas públicas voltadas à infância e à adolescência bem como investiga os fenômenos de violações de direitos de crianças e adolescentes na região da fronteira.

No capítulo “Os Desafios e as Demandas Socioculturais Brasileiras Frente à Inclusão Escolar” de Evaldo Batista Mariano Júnior, Maria Aparecida Augusto Satto Vilela e Valeska Guimarães Rezende da Cunha os autores retomam a temática das políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão escolar com o intuito de fornecer subsídios a profissionais que atendam alunos portadores de necessidades especiais. Marcelo da Silva Machado em “Pacto Federativo na Educação e a Participação da União no Financiamento da Educação em Municípios da Região Metropolitana do Rio De Janeiro” realiza uma investigação sobre o pacto federativo e sua repercussão, entre os anos de 2008 e 2018, sobre o aumento das responsabilidades dos municípios na oferta de matrículas e, também de financiamento da educação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

“Pedagogia Waldorf e Salutogênese: razões e caminhos no/do cotidiano escolar” de Elaine Marasca Garcia da Costa, Vilma Lení Nista-Piccolo reflete sobre a possibilidade de a área da Saúde ser edificada junto à Educação através da convergência de dois conceitos: a Salutogênese e o método pedagógico Waldorf. Na perspectiva de estabelecer um perfil do uso e descarte de óleo vegetal utilizado para o preparo de alimentos em Escolas da Rede Pública Estadual de Educação Básica de Tubarão Douglas Bardini Silveira, Eduardo Aquini e Isonel Maria Comelli Pave desenvolvem “Perfil de Descarte de Óleo de Cozinha em Escolas da Rede Pública Estadual de Educação Básica Situadas no Município de Tubarão, SC”. A fim de discutir a relação dos temas desenvolvidos na disciplina Filosofia das Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, e suas possíveis aproximações e com a pesquisa sobre objetos de estudo associados ao higienismo dentro do campo da História da Educação, Arthur Beserra de Melo, Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes e Marlúcia Menezes de Paiva fundamentam o capítulo “Relações entre Temas da Disciplina Filosofia das Ciências e a Pesquisa sobre Higienismo no Campo da História da Educação”.

No capítulo “Representações Sociais das Práticas dos Professores de Educação Física acerca da Educação Física Escolar”, Bruno Viviani dos Santos, Sabrina Araujo de Almeida e Pedro Humberto Faria Campos analisam a representação social da prática pedagógica de 103 professores de Educação Física do ensino fundamental. Em “Sistema de Avaliação Escolar”, Katia Verginia Pansani traz um Relato de Experiência sobre os resultados positivos do Sistema de Avaliação Escolar – SAEsc no Colégio Progresso Campineiro. Para proporcionar uma compreensão sobre as

políticas públicas de financiamento, tais como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Jhonathan Martins da Costa, Carlos José de Farias Pontes e Maria Valdiza Ferreira Moniz Andrade publicam “Um Olhar Inicial a Respeito das Políticas Públicas de Financiamento no Brasil: Compreendendo o FUNDEB”. Laís Takaesu Ernandi, Willian Pereira da Silva, Suédina Brizola Rafael Rogato no capítulo “Uso do Medicamento na Infância: Reflexões sobre a Atuação Docente no Processo da Medicalização do Ensino” buscaram discutir o processo de medicalização na infância e a necessidade de problematização dessa questão.

Os textos, relatos de prática e conclusões de pesquisas tangentes às questões educacionais que compõem esse terceiro volume da obra Formação, Prática e Pesquisa em Educação portanto operam em favor de qualificar a produção do ensino superior brasileiro e subsidiar novas pesquisas, constituindo-se assim em importante devolutiva à sociedade dos investimentos feitos com a formação de profissionais da educação e pesquisadores.

Tascieli Feltrin

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS	
<i>Fabiana Boff Grenzel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903091	
CAPÍTULO 2	9
A CONSTRUÇÃO DA ESCRITA PRÉ-SILÁBICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA PERSPECTIVA DA PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA: UM BREVE ESTUDO DE CASO	
<i>Telma Maria de Freitas Araújo</i>	
<i>Nadja Sabrina Silva Gomes Lopes Duarte</i>	
<i>Maria Estela Costa Holanda Campelo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903092	
CAPÍTULO 3	21
A EVASÃO COMO SUBSÍDIO PARA A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM ESTUDO DE CASO COM CURSOS DE ENGENHARIA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA	
<i>Joice Pereira da Silva Carvalho</i>	
<i>Simone Portella Teixeira de Mello</i>	
<i>Daniela Vieira Amaral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903093	
CAPÍTULO 4	32
A HISTÓRIA ORAL NA PRODUÇÃO ACADÊMICA: TRÊS LEITURAS METODOLÓGICAS	
<i>Marcos Gonzaga</i>	
<i>Regina Magna Bonifácio de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903094	
CAPÍTULO 5	42
A MOTIVAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DE FRANCÊS NO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO DA UEM: ENTENDIMENTO E DESAFIOS	
<i>Edson José Gomes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903095	
CAPÍTULO 6	54
A PERCEPÇÃO DE PROFESSORE(A)S SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CONTEXTO INCLUSIVO	
<i>Rayuska Dayelly de Andrade</i>	
<i>Sueldes de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903096	
CAPÍTULO 7	62
A PESQUISA ETNOGRÁFICA COM CRIANÇAS PEQUENAS: APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	
<i>Andressa Grazielle Brandt</i>	
<i>Nadja Regina Sousa Magalhães</i>	
<i>Aline Aparecida Cezar Costa</i>	

CAPÍTULO 8 72

A QUALIDADE NO ENSINO À DISTÂNCIA: O NOVO ALUNO E O NOVO PROFESSOR

Jéssica Reis Silvano Barbosa

Gislaine Reis

DOI 10.22533/at.ed.9211903098

CAPÍTULO 9 80

A REFLEXIVIDADE NA GROUNDED THEORY

Karla dos Santos Guterres Alves

Antônio Luiz Santana

DOI 10.22533/at.ed.9211903099

CAPÍTULO 10 88

ANÁLISE DO INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL UTILIZADO NA UFAM NOS ANOS DE 2014 E 2015

Raimundo Ribeiro Passos

Afrânio Ferreira Neves Junior

Paulo Rogério da Costa Couceiro

Genoveva Chagas de Azevedo

Maria Marly de Oliveira Coêlho

Valdete da Luz Carneiro

DOI 10.22533/at.ed.92119030910

CAPÍTULO 11 100

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS NA ESPACIALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Nelson de Abreu Júnior

DOI 10.22533/at.ed.92119030911

CAPÍTULO 12 109

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO E PAULO FREIRE: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Alessandra Andrea Monteiro

Vilma Lení Nista-Piccolo

DOI 10.22533/at.ed.92119030912

CAPÍTULO 13 119

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE OFERTA DE VAGAS EM CRECHES NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Andreia Gasparino Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.92119030913

CAPÍTULO 14	130
AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS: A SIGNIFICATIVA ASCENSÃO DO IDEB NAS ESCOLAS DO ESTADO DE GOIÁS DO ANO DE 2009 A 2014	
<i>Alderita Almeida de Castro</i> <i>Sueli Aparecida de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030914	
CAPÍTULO 15	141
AVALIAÇÃO EM MATEMÁTICA: USO DOS RESULTADOS DO PISA 2012	
<i>Glauco da Silva Aguiar</i> <i>Lígia Gomes Elliot</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030915	
CAPÍTULO 16	154
AVALIAÇÃO: CONCEPÇÕES E IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Natascha Carolina de Oliveira Gervázi</i> <i>Marcos Vinícius Meneguel Donati</i> <i>José Roberto Boettger Giardinetto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030916	
CAPÍTULO 17	162
AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA: CONTRIBUIÇÕES DA ADE PARA ATINGIR A META DA PROFICIÊNCIA NO SAEB/INEP EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE MANAUS	
<i>Rosemary Farias Rufino</i> <i>Santana Elvira Amaral da Rocha</i> <i>Núbia do Socorro Pinto Breves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030917	
CAPÍTULO 18	174
CONCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UMA VISÃO ROMÂNTICA OU DIREITO À EDUCAÇÃO?	
<i>Andrialex William da Silva</i> <i>Tarcileide Maria Costa Bezerra</i> <i>Romênia Menezes Paiva Chaves Carneiro</i> <i>Renata Rosa Russo Pinheiro Costa Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030918	
CAPÍTULO 19	183
CRIATIVIDADE E ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO	
<i>Guacira Quirino Miranda</i> <i>Arlete Aparecida Bertoldo</i> <i>Priscila Miranda Chaves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030919	
CAPÍTULO 20	191
DESENHOS E DESENHOS: CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	
<i>Virgínia Coeli Bueno de Queiroz Matias</i> <i>Rosimar de Fátima Oliveira</i>	

DOI 10.22533/at.ed.92119030920

CAPÍTULO 21 203

ESTILOS DE APRENDIZAGEM NO MODELO DE OAKLAND, GLUTTING E HORTON EM ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Gildene do Ouro Lopes Silva

Amanda Lázari

Amanda Calefi Felex

DOI 10.22533/at.ed.92119030921

CAPÍTULO 22 211

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO GASTO ALUNO-ANO NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Jokasta Pires Vieira Ferraz

Andrea Polena

Simony Rafaeli Quirino

DOI 10.22533/at.ed.92119030922

CAPÍTULO 23 224

IDEIAS HIGIENISTAS NA REVISTA PEDAGOGIUM (1922-1923)

Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes

Arthur Beserra de Melo

Marlúcia Menezes de Paiva

DOI 10.22533/at.ed.92119030923

CAPÍTULO 24 232

O ENSINO DA ARTE E A INTERDISCIPLINARIDADE: NOVOS MODOS DE PENSAR SOBRE A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Laura Renata Dourado Pereira

DOI 10.22533/at.ed.92119030924

CAPÍTULO 25 241

O PROFESSOR COMO MEDIADOR NAS HABILIDADES DE LEITURA

Clarice de Matos Oliveira

Thenner Freitas da Cunha

DOI 10.22533/at.ed.92119030925

CAPÍTULO 26 250

O PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO E A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO BURGUESA NO SÉCULO XXI

Ana Carolina Fleury

Ivo Monteiro de Queiroz

DOI 10.22533/at.ed.92119030926

CAPÍTULO 27 262

OBSERVATÓRIO EÇAÍ: A APLICAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E OUTROS DIREITOS HUMANOS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Cláudia Araújo de Lima

DOI 10.22533/at.ed.92119030927

CAPÍTULO 28 271

OS DESAFIOS E AS DEMANDAS SOCIOCULTURAIS BRASILEIRAS FRENTE À INCLUSÃO ESCOLAR

Evaldo Batista Mariano Júnior

Maria Aparecida Augusto Satto Vilela

Valeska Guimarães Rezende da Cunha

DOI 10.22533/at.ed.92119030928

CAPÍTULO 29 283

PACTO FEDERATIVO NA EDUCAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Marcelo da Silva Machado

DOI 10.22533/at.ed.92119030929

CAPÍTULO 30 309

PEDAGOGIA WALDORF E SALUTOGÊNESE: RAZÕES E CAMINHOS NO/DO COTIDIANO ESCOLAR

Elaine Marasca Garcia da Costa

Vilma Lení Nista-Piccolo

DOI 10.22533/at.ed.92119030930

CAPÍTULO 31 323

PERFIL DE DESCARTE DE ÓLEO DE COZINHA EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA SITUADAS NO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC

Douglas Bardini Silveira

Eduardo Aquini

Isonel Maria Comelli Pavei

DOI 10.22533/at.ed.92119030931

CAPÍTULO 32 331

RELAÇÕES ENTRE TEMAS DA DISCIPLINA FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS E A PESQUISA SOBRE HIGIENISMO NO CAMPO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Arthur Beserra de Melo

Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes

Marlúcia Menezes de Paiva

DOI 10.22533/at.ed.92119030932

CAPÍTULO 33 342

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS PRÁTICAS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ACERCA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Bruno Viviani dos Santos

Sabrina Araujo de Almeida

Pedro Humberto Faria Campos

DOI 10.22533/at.ed.92119030933

CAPÍTULO 34	355
SISTEMA DE AVALIAÇÃO ESCOLAR	
<i>Katia Verginia Pansani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030934	
CAPÍTULO 35	363
UM OLHAR INICIAL A RESPEITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO NO BRASIL: COMPREENDENDO O FUNDEB	
<i>Jhonathan Martins da Costa</i>	
<i>Carlos José de Farias Pontes</i>	
<i>Maria Valdiza Ferreira Moniz Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030935	
CAPÍTULO 36	372
USO DO MEDICAMENTO NA INFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DOCENTE NO PROCESSO DA MEDICALIZAÇÃO DO ENSINO	
<i>Laís Takaesu Ernandi</i>	
<i>Willian Pereira da Silva</i>	
<i>Suédina Brizola Rafael Rogato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030936	
CAPÍTULO 37	383
PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO FORMATIVA NO COTIDIANO DAS SESSÕES TÓRICIAS	
<i>Débora Cabral Nunes Polaz</i>	
<i>Raquel Aparecida de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030937	
CAPÍTULO 38	390
EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MATO GROSSO DO SUL: INDICADORES DE MATRÍCULAS (2007-2016)	
<i>Wania Regina Aranda da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030938	
SOBRE OS ORGANIZADORES	416
ÍNDICE REMISSIVO	417

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE OFERTA DE VAGAS EM CRECHES NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Andreia Gasparino Fernandes

Secretaria Municipal de Educação de São José do
Rio Preto – São Paulo
São José do Rio Preto – São Paulo

RESUMO: A garantia de vagas em creches nas redes públicas municipais de ensino é direito de toda criança e crescente necessidade social, uma vez que os cuidados e a educação da criança deixaram de ser vistos como filantropia à mãe trabalhadora e passaram a ser considerados direitos das próprias crianças. No entanto, a efetivação deste direito tem se constituído um desafio para os municípios, haja vista a recorrente observação e divulgação de listas de espera por vagas para as creches. Portanto, o objetivo deste artigo é o de apresentar a política educacional do município de São José do Rio Preto - SP para as creches de sua rede pública municipal no período de 2010 a 2015 com destaque para sua demanda e para as ações desenvolvidas com a finalidade de zerar as listas de espera. Inicialmente apresenta-se a legislação que trata do direito à educação infantil. Em seguida apresenta-se a organização da rede municipal de ensino do município para o atendimento à educação infantil para o segmento creche e por fim as ações desenvolvidas para ampliação da oferta de vagas neste segmento. Os resultados

obtidos apontam que apesar do planejamento algumas variáveis como a mobilidade urbana entre os municípios e as diferentes taxas de crescimento por região no interior do município interferem de modo decisivo no cumprimento desta determinação legal o que implica na necessidade de uma atuação conjunta entre os diferentes departamentos da administração pública municipal.

PALAVRAS-CHAVE: educação infantil, gestão pública, vagas em creches.

EVALUATION OF THE POLICY OF THE OFFER OF VACANCIES IN CRETE IN THE MUNICIPAL PUBLIC NETWORK OF TEACHING OF SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

ABSTRACT: The guarantee of vacancies in day-care centers in the municipal public education networks is the right of every child and growing social need, since the care and education of the child is no longer seen as philanthropy to the working mother and are considered to be children's own rights. However, the implementation of this right has been a challenge for municipalities, given the recurrent observation and dissemination of waiting lists for places for day care centers. Therefore, the objective of this article is to present the educational policy of the municipality of São José do Rio Preto - SP for daycare centers in its municipal public network in the period from 2010 to 2015, highlighting its

demand and actions developed for the purpose resetting the waiting lists. Initially the legislation that deals with the right to early childhood education is presented. Next, the organization of the municipal education network of the municipality is presented for the attendance of children's education for the nursery segment and finally the actions developed to expand the offer of places in this segment. The results show that despite the planning some variables such as the urban mobility between the municipalities and the different growth rates by region within the municipality interfere in a decisive way in the fulfillment of this legal determination which implies in the necessity of a joint action among the different departments of municipal public administration.

KEYWORDS: child education, public management, day careers.

1 | INTRODUÇÃO

As discussões e debates sobre todas as políticas educacionais em curso no Brasil são necessárias por diversas justificativas entre elas a de contribuírem para o cumprimento das dez (10) diretrizes do atual Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), todavia este artigo destaca uma dessas políticas, em especial, uma presente em todos os municípios brasileiros, qual seja: a de oferecer vagas em creches da rede pública municipal de ensino suficientes para todas as crianças que se enquadram nesta etapa de escolarização.

O cumprimento com sucesso das metas estabelecidas por esta política tem se mostrado um desafio para todas as redes de ensino, haja vista a recorrente divulgação nos meios de comunicação das “listas de espera” para a obtenção de uma vaga nas creches das redes públicas de muitos municípios, independente de suas peculiaridades. Neste sentido e com base em dados de recente pesquisa (FERNANDES, 2017) é apresentado o itinerário percorrido pelo município de São José do Rio Preto no período de 2010 a 2015 que buscou atender 100% da demanda manifesta para as creches em escolas da rede pública municipal de ensino e revelou assim seus avanços e seus retrocessos, mas, sobretudo evidenciando a necessidade de uma articulação eficiente entre os diversos segmentos da administração pública.

O texto está organizado de modo a apresentar o amparo legal para a oferta de vagas em creches; a situar o município de São José do Rio Preto quanto à demanda manifesta desse público; as ações desenvolvidas e alguns dos resultados obtidos.

2 | O ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS NAS CRECHES: AMPARO LEGAL E IMPORTÂNCIA

No Brasil, em especial nas últimas décadas, a atenção às crianças de zero (0) a seis (6) anos tem passado por grandes transformações, entretanto no que se refere às políticas de atenção à infância o Artigo 208 da Emenda Constitucional nº

53, de 2006 (BRASIL, 2006) estabelece que “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação infantil em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”.

Esta conquista é ratificada também na Lei nº 8069/90 (BRASIL, 1990), que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em especial em seu Artigo 54 ao estabelecer que “É dever do Estado assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”.

Em 1996 foi promulgada a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996) que destaca em seu artigo 21 que a Educação Infantil passa a ser considerada integrante da Educação Básica: “A educação escolar compõe-se de: I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio” e prevê uma seção que trata especificamente da Educação Infantil, estabelecendo a sua finalidade, o seu oferecimento e a sua avaliação. No que se refere ao oferecimento o Artigo 30 estabelece que a educação infantil será oferecida em: “I- creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade e II- pré-escolas, para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

A mesma lei, em seu artigo 9º, estabelece a responsabilidade da União pela elaboração do primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com o prazo de um (1) ano após a aprovação da LDB para que a União encaminhasse ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação, com as diretrizes e metas para os próximos dez (10) anos, de acordo com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990).

Para a Educação Infantil, o PNE 2001-2011 (BRASIL, 2001) propôs vinte e seis (26) metas, das quais destacamos a que se refere ao acesso:

Ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender, em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade e 60% da população de 4 e 6 anos (ou 4 e 5 anos) e, até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos.

Com a substituição do PNE 2001-2011 (BRASIL, 2001) pelo PNE 2014-2024 (BRASIL, 2015a) foram propostas vinte (20) metas, das quais destacamos novamente a que se refere ao acesso à Educação Infantil:

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro (4) a cinco (5) anos de idade e ampliar a oferta da educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50 % (cinquenta por cento) das crianças de até três (3) anos até o final da vigência deste PNE.

A dimensão do desafio da política pública para o atendimento na faixa etária de

creches pode ser ilustrada pela manutenção da mesma meta do PNE (2001-2011) com o atendimento de 50 % das crianças entre zero (0) a três (3) anos no PNE (2014-2024), ou seja, uma meta que já estava posta há doze (12) anos e não foi cumprida.

Esses direitos e deveres regulamentados por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996) trouxeram várias inovações em relação à Educação Básica, integrando as creches nos Sistemas de Ensino. Esse processo expressa tanto a adequação dos Sistemas de Ensino às novas regras, leis e normativas federais, como também revela a multiplicidade de estratégias colocadas em ação pelos diversos agentes dos diversos sistemas municipais para levar a efeito, a tarefa que lhes cabe, qual seja, a garantia do direito à educação das crianças pequenas.

Sendo assim, a regulação da Educação Infantil não é apenas objeto do conjunto de regulamentações e orientações advindas do poder central, mas é também resultante dos contextos locais, cujas determinações históricas, sociais, políticas e econômicas modulam ações e iniciativas políticas, configurando arranjos institucionais variados e desafiadores para os municípios, com repercussões em aspectos como cobertura de atendimento, formação docente, organização do trabalho do professor, recursos financeiros, propostas curriculares, focalização de populações a serem atendidas, para citar alguns.

Se por um lado todas as crianças têm o direito de estarem na creche, por outro lado, estas têm igualmente o direito a um atendimento de qualidade que respeite suas necessidades. Isto posto, apresentamos o itinerário percorrido pelo município de São José do Rio Preto na busca por oferecer atendimento nas creches de sua rede pública municipal de ensino a toda demanda manifesta na expectativa de eliminar as recorrentes listas de espera por vagas.

3 | O MUNICÍPIO, A DEMANDA E O ATENDIMENTO REALIZADO

O município de São José do Rio Preto está localizado na região noroeste do estado de São Paulo, pertence à mesorregião e microrregião de mesmo nome, tem segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BRASIL, 2015) população de quatrocentos e quarenta e dois mil, quinhentos e quarenta e oito (442.548) habitantes, o que o classifica como o décimo segundo município mais populoso de São Paulo e o quinquagésimo segundo do país. É um dos principais polos industriais, culturais e de serviços do interior de São Paulo e assim como muitos outros municípios, vem enfrentando problemas com a oferta de vagas na faixa etária de zero (0) a três (3) anos, visto que a cidade cresceu muito nos últimos anos, tanto em número de habitantes quanto no setor econômico.

O fenômeno que explica o crescimento deste município é o mesmo que provocou o desenvolvimento de outros municípios do interior paulista em anos anteriores, isto é, atraídas por menores custos de operação, boa infraestrutura logística, oferta de mão

de obra qualificada e proximidade com importantes centros de ensino e pesquisa, muitas empresas têm se transferido para o interior.

Em face desta situação econômica e a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, as creches apresentam-se como uma necessidade às famílias, o que gera um aumento anual na demanda de vagas e, por mais que o município busque estratégias para zerar o déficit, como ampliação do número de salas nas unidades escolares e a construção de novas escolas ainda não atingiu tal objetivo.

A Secretaria Municipal de Educação de São José do Rio Preto atendeu em 2015 um total de trinta e seis mil, duzentos e quinze (36.215) alunos. Destes, nove mil, trezentos e noventa e seis (9.396) estão inscritos em creches, sete mil, novecentos e quarenta e seis (7.946) estão inscritos em pré-escola e dezoito mil oitocentos e setenta e três (18.873) estão inscritos no ensino fundamental e médio na modalidade de EJA (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2015).

O atendimento educacional público de crianças até cinco (5) anos de idade acontece tanto pela rede pública municipal de ensino como por entidades privadas sem fins lucrativos que fazem parte do Terceiro Setor e são conveniadas com a prefeitura. De acordo com a Secretaria de Educação, no final do ano de 2015, de um total de sessenta e nove (69) escolas de Educação Infantil que atendem a faixa etária de zero a cinco anos, vinte e cinco (25) unidades escolares eram conveniadas com o poder público e atendiam o segmento de creche (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2015).

A Secretaria Municipal de Educação do município de São José do Rio Preto na etapa da Educação Infantil atendeu em 2015 a faixa etária de zero (0) a dois (2) anos quase na sua totalidade em período integral e na faixa etária de três (3) a cinco (5) anos em período parcial, além do atendimento no período integral, garantindo a continuidade de atendimento às crianças que, por incentivo da Lei nº 11.494/2007 (BRASIL, 2007a), que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) foram transferidas das escolas de Educação Infantil conveniadas para as escolas de Educação Infantil da rede pública municipal e atendidas da seguinte forma: Berçário I atende crianças de quatro (4) meses a um (1) ano; Berçário II atende crianças de um (1) ano a dois (2) anos; Maternal I atende crianças de dois (2) anos a três (3) anos; Maternal II atende crianças de três (3) anos a quatro (4) anos; Jardim I atende crianças de quatro (4) anos a cinco (5) anos e Jardim II atende crianças de cinco (5) anos a seis (6) anos.

O atendimento na faixa etária de creches (0 a 3 anos) em escolas municipais se divide em três (3) diferentes formas de agrupamentos de faixas etárias de atendimento, todas denominadas “Escola Municipal de Educação Infantil” sendo assim distinguidas: 1) em unidades escolares que atendem somente a faixa etária de creches, ou seja, atendendo Berçário I, Berçário II, Maternal I e Maternal II; 2) em unidades escolares que atendem de três (3) a cinco (5) anos, faixa etária do Maternal I até a Pré-Escola, ou seja, Maternal I, Maternal II, Jardim I e Jardim II e 3) em unidades escolares que

atendem de zero (0) a cinco (5) anos, faixa etária do Berçário I até a Pré-Escola, ou seja, Berçário I, Berçário II, Maternal I, Maternal II, Jardim I e Jardim II.

Esta divisão se dá de acordo com a estrutura física para atendimento de cada unidade escolar, assim como pela demanda local e divisão/organização de atendimento entre as escolas que compõem cada setor. Em dezembro de 2015 o número de atendimentos foi de aproximadamente nove mil, trezentos e noventa e seis (9.396) crianças pela rede pública municipal e conveniada, no segmento creche, conforme exposto na Tabela 1.

Fase	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Berçário I	955	1.007	1.169	1.289	1.291	1.305
Berçário II	1.706	1.934	2.137	2.192	2.135	2.137
Maternal I	2.220	2.342	2.776	2.745	2.732	2.669
Maternal II	2.992	2.870	3.090	3.389	3.225	3.285
Total	7.873	8.153	9.172	9.615	9.383	9.396

Tabela 1: Alunos atendidos no segmento creche

Fonte: Elaborado com base em São José do Rio Preto (2015).

No que se refere a oferta de vagas para as creches observou-se um aumento de um mil quinhentas e vinte e três (1.523) vagas, ou seja, 19,34%, no período de 2010 a 2015, contudo ao analisarmos este aumento por fases verifica-se que houve ampliação no atendimento oferecido em todas as fases e apesar das oscilações observadas ano a ano com a ampliação e redução na oferta de vagas para cada segmento é importante destacarmos que o número de vagas oferecidas em 2015 é maior se comparado ao de 2010, todavia esta ampliação no número de vagas ofertadas é resultado de um conjunto de ações que envolvem outras Secretarias ou Departamentos da administração pública municipal.

4 | AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA A AMPLIAÇÃO DE VAGAS NAS CRECHES

A ampliação do número de vagas é o resultado de um conjunto de ações com vistas à expansão e universalização do atendimento na faixa etária de creches na rede municipal de ensino de São José do Rio Preto. Esta ampliação ocorreu gradativamente com a reorganização da rede municipal a partir de 2010 considerando, em especial, questões de financiamento da educação e melhor aproveitamento dos prédios e equipamentos das escolas municipais, entre as quais se destacam:

No ano de 2010 por força da lei do FUNDEB houve uma reorganização do atendimento da Educação Infantil nesta rede. Com início desta ação no ano de 2009, em continuidade até o ano de 2014, gradativamente as Escolas de Educação Infantil Conveniadas passaram a atender somente a demanda de creche (0 a 3 anos),

passando a Pré-Escola (4 e 5 anos) para as Escolas Municipais, o que resultou em abertura de vagas nas creches conveniadas para faixa etária de zero (0) a três (3) anos.

Esta ação resultou na ampliação de um total de 552 vagas e possibilitou a ampliação no número de atendimento à demanda de zero (0) a três (3) anos nas creches conveniadas possibilitando também que as matrículas das crianças de quatro (4) e cinco (5) anos que antes estavam nas instituições conveniadas pudessem ser registradas no Censo Escolar, fazendo com que o município fosse beneficiado pela ampliação de recursos destinados pelos programas federais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (BRASIL, 2007b), bem como pelo acréscimo na receita proveniente do FUNDEB, neste ano, assim como nos anos de 2011, 2012 e 2013, chegando a extinguir o atendimento às crianças de quatro (4) e cinco (5) anos em unidades escolares conveniadas.

No ano de 2011 foi desenvolvida a continuidade da reorganização do atendimento da Educação Infantil conforme descrito na ação do ano de 2010 e resultou na ampliação de um total de 280 vagas, sendo 52 para a fase Berçário I, 228 vagas no Berçário II, 122 vagas no Maternal I, com uma redução de 122 vagas no número de atendimento do Maternal II.

No ano de 2012 foram desenvolvidas as seguintes ações: 1) continuidade da reorganização do atendimento da Educação Infantil conforme descrito na ação do ano de 2010; 2) construção de sete (7) novas escolas; 3) construção de vinte e seis (26) salas novas salas de aula, ampliando-se as unidades já existentes e 4) foram alugados dois (2) prédios para adequação e atendimento na faixa etária de creche. Este conjunto de ações resultou na ampliação de 1.019 vagas, sendo que para a faixa etária de Berçário I foram ampliadas 162 vagas, no Berçário II 203 vagas, no Maternal I 434 e no Maternal II 220 vagas.

Como é possível observar, este foi um ano em que se conseguiu a maior ampliação no número de vagas, ficando bastante evidente o investimento na construção e ampliação de novas escolas, assim como na criação de mais duas escolas por meio de aluguel de prédios, uma vez que é mais rápido e de menor gasto imediato, adequar um prédio para funcionamento como escola.

No ano de 2013 foram desenvolvidas as seguintes ações: 1) continuidade da reorganização do atendimento da Educação Infantil conforme descrito na ação do ano de 2010 e 2) aluguel e adequação de mais um prédio para ampliar o atendimento em região que está em pleno crescimento urbano. Este conjunto de ações resultou na ampliação de 433 vagas sendo que no Berçário I foram ampliadas 120 vagas, no Berçário II 55, no Maternal I houve redução no número de vagas, diminuindo-se 31 vagas e no Maternal II foram ampliadas 299 vagas.

No ano de 2014 não houve ações específicas, aliás, neste ano, houve maior redução no número de atendimentos, totalizando 232 vagas a menos se comparado ao ano de 2013.

No ano de 2015 houve uma pequena ampliação no número de vagas totalizando 13, sendo na faixa etária de Berçário I 14 vagas ampliadas, no Berçário II 2 vagas. Já nas demais faixas etárias houve redução no número de atendimento, no Maternal I foram - 63 vagas e no Maternal II foram - 60 vagas. Neste ano foram alugados mais dois (2) prédios, porém trata-se de prédios onde já funcionavam creches conveniadas que foram municipalizadas, portanto, esta ação não gerou ampliação do número de vagas.

Apesar de todas as ações descritas o município encerrou o ano de 2015 com um déficit de vagas em creches de aproximadamente 22,5 %, representando cerca de duas mil, setecentos e dezesseis (2.716) crianças inscritas na lista de espera (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2015), entretanto ao considerarmos a ampliação e possível universalização da oferta de vagas nas creches da rede pública municipal como o cumprimento de um direito às crianças se faz necessário o detalhamento destas informações bem como o cotejamento das mesmas.

A Tabela 2 apresenta estas ações tendo por base que no campo “situação” o agrupamento “demanda” corresponde ao número de solicitações por vaga; o agrupamento “atendidas” corresponde ao número de solicitações contempladas com matrículas; “lista de espera” corresponde ao número de solicitações não contempladas com matrículas e “não atendidas” corresponde ao percentual que a lista de espera representa no total da demanda.

Ano	Situação	Berçário I	Berçário II	Maternal I	Maternal II	Total
2010	Demanda	2.154	2.170	2.241	3.015	9.580
	Atendidas	955	1.706	2.220	2.992	7.873
	Lista de espera	1.199	464	21	23	1.707
	Não atendidas	55,66%	21,38%	0,94%	0,76%	17,82%
2011	Demanda	1.491	2.318	2.707	2.888	9.404
	Atendidas	1.007	1.934	2.342	2.870	8.153
	Lista de espera	484	384	365	18	1.251
	Não atendidas	32,46%	16,57%	13,48%	0,62%	13,30%
2012	Demanda	2.384	2.908	3.299	3.291	11.882
	Atendidas	1.169	2.137	2.776	3.090	9.172
	Lista de espera	1.215	771	523	201	2.710
	Não atendidas	50,96%	26,51%	15,85%	6,11%	22,81%
2013	Demanda	2.441	2.965	3.258	3.632	12.296
	Atendidas	1.289	2.192	2.745	3.389	9.615
	Lista de espera	1.152	773	513	243	2.681
	Não atendidas	47,19%	26,07%	15,75%	6,69%	21,80%
2014	Demanda	2.619	2.841	3.274	3.420	12.154
	Atendidas	1.291	2.135	2.732	3.225	9.383
	Lista de espera	1.328	706	542	195	2.771
	Não atendidas	50,71%	24,85%	16,55%	5,70%	22,80%
2015	Demanda	2.578	2.922	3.144	3.468	12.112
	Atendidas	1.305	2.137	2.669	3.285	9.396
	Lista de espera	1.273	785	475	183	2.716
	Não atendidas	49,38%	26,87%	15,11%	5,28%	22,42%

Tabela 2: Distribuição por fase da demanda do segmento creche

Fonte: Elaborado pela autora com base em São José do Rio Preto (2015).

Os números apresentados apontam para uma dificuldade maior por parte dos responsáveis municipais pela oferta e vagas nas creches da rede pública municipal para zerar ou ao menos reduzir as listas de espera nas fases iniciais do atendimento, o que sugere a necessidade de um planejamento que contemple um conjunto mais amplo de informações sobre o público que fará o ingresso nas escolas.

Observamos ainda que nos anos de 2014 e 2015 não foram realizadas ações para ampliação da oferta de vagas. O que os documentos analisados demonstram é que atrelado a todas essas ações de construções, ampliações, aluguel de imóveis, aquisição de materiais e equipamentos para cada espaço criado, objetivando a ampliação do atendimento a demanda de creche, que envolvem especialmente questões orçamentárias do município, há ainda o aspecto humano, ou seja, a necessidade de criação de novos cargos para todo quadro do magistério (professores, coordenadores pedagógicos, diretores e supervisores) que são providos exclusivamente por concurso público, com exceção dos professores, que nesta rede também existe a figura do professor contratado temporariamente, através de processo seletivo realizado pela Prefeitura, com período de no máximo dois (2) anos de contratação como CLT. As demais funções, como: auxiliares de berçário, auxiliares administrativos, cozinheiras, auxiliares de limpeza e guardas, há possibilidade de terceirização através de contratos com empresas que prestam este tipo de serviço. Portanto são inúmeras as variáveis que envolvem a questão da ampliação na oferta de vagas, e assim como os desafios na expansão estão presentes, há que se considerar o desafio da qualidade, lembrando que a questão da dualidade quantidade/qualidade sempre existiu e continua atual na Educação brasileira.

5 | CONSIDERAÇÕES

Frequentar a escola é um direito de toda criança desde o seu nascimento e legalmente assegurado, contudo, historicamente, as concepções de infância, direitos das crianças e Educação Infantil foram modificando-se em decorrência das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais ocorridas na sociedade, ocasionando a implantação de determinadas políticas públicas para a infância vinculadas às diferentes esferas de atuação governamental como a assistência social, a saúde e a educação.

O desafio da universalização da oferta de vagas em creches aponta para a necessidade de maior articulação interfederativos e especialmente intersecretarias, ou seja, entre as demais secretarias e departamentos do próprio município, que também prestam assistência às crianças, especialmente a Secretaria da Saúde e a Secretaria de Assistência Social. O financiamento da Educação Infantil é fundamental e precisa ser discutido. Para o município de São José do Rio Preto, a construção de novas escolas, assim como a disponibilização de recursos financeiros, humanos

e materiais para manutenção destas novas escolas tem sido um grande desafio, portanto, é possível que outros de menor porte e mais frágeis financeiramente enfrentem a mesma ou até maiores dificuldades.

O município de São José do Rio Preto tem buscado soluções para o cumprimento deste direito, porém diversos obstáculos têm sido encontrados e enfrentados, contudo e apesar de todos os esforços seus resultados ainda não se têm mostrado positivos, uma vez que a lista de espera de crianças concorrendo a uma vaga em creches tem aumentado a cada ano. Porém o fato deste município ainda não ter atingido o atendimento a 100% da demanda manifesta não é sinal de fracasso ou descaso do poder público, ao contrário demonstra uma situação em que está se realizando um trabalho de acompanhamento, coleta e análise de dados que aponta para encaminhamentos políticos administrativos pautados em evidências.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8069/90**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 28 mai. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 28 mai. 2018.

_____. **Lei 10.172/2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE - e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf> > Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. **Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006**. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 2 212 da Constituição Federal e ao art.60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF. 2006.

_____. **Lei 11.494/2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Brasília D.F., 2007a.

_____. **Resolução/CD/FNDE nº 06, de 24 de abril de 2007**. Estabelece as orientações e diretrizes para execução e assistência financeira e suplementar ao Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – PROINFÂNCIA. MEC/FNDE, 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_n6_240407_proinfancia_medida18.pdf>Acesso em: 22 nov. 2016.

_____. **Lei nº 12.796/2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, 2013. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm>Acesso em: 10 jul. 2015

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 13.005/2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm> Acesso em: 28 mai. 2018.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**. 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354980&search=Ilinfogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>> Acesso em: 2 jun. 2018.

FERNANDES, Andreia Gasparino. **Organização e Planejamento da Rede Pública Municipal de Ensino na Oferta de Vagas para Creches**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA – SP. Araraquara, 2017.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Secretaria Municipal de Educação – SME**. Referente à Demanda Escolar. 2015. Disponível em: <<http://www.demandanet.com/portal/>> Acesso em: 20 jun. 2018.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Jomtien, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>> Acesso em: 11 set. 2018.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Natália Lampert Batista - Graduada em Geografia (Licenciatura) pelo Centro Universitário Franciscano (2013). Mestre e Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2015 e 2019 respectivamente). Tem interesse nas áreas de pesquisa de Ensino de Geografia; Cartografia Escolar; Educação Ambiental; Geotecnologias e Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) na Educação; Multiletramentos, Multimodalidade e Contemporaneidade; Formação de Professores; Educação Popular; Cartografia Geral e Temática; Geografia Urbana; Geografia Agrária; e Geografia Cultural.

Tascieli Feltrin - Doutoranda em Educação (UFSM). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Gestão Escolar pela UFSM/ UAB (2013). Graduada em Letras licenciatura plena em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e respectivas Literaturas pela Faculdade Metodista de Santa Maria (FAMES/2011). Tutora do Curso de Formação em Letras Português e Literatura pela UAB/UFSM. Professora de língua portuguesa, Servidora pública na rede municipal de educação de Santa Maria. Atuou como Bolsista no projeto Biblioteca Comunitária: Embarque na Onda da Leitura (FAMES 2010-2011), como educadora no projeto de Extensão Práxis Pré-Vestibular Popular da UFSM (2014) e, como Tutora do Curso de Formação de Professores para a Educação Profissional UAB/UFSM (2017-2019). Atualmente, também, desenvolve atividades de incentivo à leitura e escrita criativa através da oficina de criação literária ImaginaMundos. Possui experiência nas seguintes áreas de estudo: Educação Popular, Culturas Periféricas, Educação de Jovens e Adultos, História da Educação, Educação Libertária, Literatura Popular e Multiletramentos, experiências educacionais não-escolares e Formação de professores para atuação em contextos de Vulnerabilidade Social.

Maurício Rizzatti - Mestre e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é Doutorando em Geografia (Passagem Direta para o Doutorado) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da UFSM. Também é integrante do Laboratório de Cartografia e grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (UFSM). Pesquisa na área de Cartografia, Geoprocessamento, Cartografia Escolar e a Teoria das Inteligências Múltiplas, Geotecnologias, Sensoriamento Remoto na Educação Básica; Geografia Física, Geografia Urbana e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 5, 1, 10, 242, 276

Altas habilidades 190

Aprendizagem 5, 6, 7, 3, 8, 72, 117, 118, 141, 143, 144, 145, 146, 152, 162, 172, 203, 210, 330, 348, 381, 383

Autismo 1, 2, 3, 8, 278

Avaliação educacional 172

Avaliações em larga escala 162

C

Concepções 6, 7, 175

Conselhos municipais de educação 200

Criatividade 7, 183, 185, 189, 190

E

Educação 2, 5, 6, 7, 8, 9, 6, 9, 10, 11, 12, 19, 20, 22, 23, 30, 31, 37, 38, 41, 51, 61, 62, 72, 78, 80, 88, 89, 99, 102, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 145, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 167, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 189, 191, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 221, 222, 223, 224, 225, 230, 231, 232, 235, 239, 241, 242, 245, 247, 249, 250, 251, 255, 257, 259, 260, 261, 262, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 281, 282, 283, 284, 288, 289, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 303, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 316, 317, 319, 320, 321, 323, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 358, 359, 363, 366, 368, 369, 370, 371, 374, 381, 383, 389, 390, 391, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415

Educação à distância 72

Educação básica 307, 349

Educação especial 176, 182, 273

Educação física 352, 353

Educação infantil 215, 413

Engenharias 21, 23, 26, 27, 28, 29

Ensino 5, 6, 7, 9, 1, 5, 23, 30, 42, 51, 62, 72, 76, 88, 89, 99, 103, 104, 105, 107, 108, 117, 118, 122, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 141, 157, 166, 193, 203, 207, 210, 212, 214, 215, 239, 243, 245, 249, 251, 284, 288, 316, 328, 344, 371, 382, 391, 395, 396, 403, 407

Escola 7, 4, 54, 109, 123, 124, 125, 134, 172, 182, 212, 213, 226, 227, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 259, 261, 282, 296, 297, 306, 307, 311, 316, 319, 321, 322, 403, 415

Escrita pré-silábica 18

Estudantes 6, 89, 111, 141, 142, 162, 245

Etnografia 62

Evasão 5, 23, 25, 26, 27, 30, 31

F

Formação de professores 62

Francês 5, 42, 43, 52

I

IDEB 6, 12, 130, 131, 132, 135, 137, 138

Inclusão 8, 31, 175, 182, 271, 272, 275, 276, 281, 282, 396, 415

O

Observação 154

Oportunidade de aprendizagem

Oralidade 32

P

Pesquisa 2, 5, 8, 9, 20, 31, 32, 41, 61, 62, 80, 87, 118, 139, 166, 168, 169, 182, 201, 210, 267, 269, 270, 283, 331, 354, 363, 376, 381, 383, 413, 414, 415

Pesquisa qualitativa 62, 413

PISA 2012 6, 12, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 150, 151, 152, 153

Práticas pedagógicas 54, 117

Psicogênese da língua escrita 20, 161

R

Reflexividade 6, 80

S

SINAES 88, 89, 91, 93, 97, 99

Superdotação 7, 183, 190, 398

Surdez 54, 398

U

UFAM 6, 11, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 98, 99

Universidade 5, 6, 9, 30, 31, 32, 41, 42, 43, 46, 52, 54, 61, 62, 63, 71, 72, 78, 80, 88, 89, 98, 99, 100, 102, 108, 117, 118, 129, 134, 154, 161, 174, 176, 182, 183, 191, 201, 203, 210, 211, 222, 224, 225, 241, 250, 262, 263, 269, 271, 281, 282, 283, 309, 311, 321, 326, 331, 333, 342, 353, 363, 371, 372, 381, 382, 383, 384, 389, 390, 408, 414, 415

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-592-1

